



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

B-2

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2013

REFORÇO

Leitos psiquiátricos

O serviço de atendimento a pacientes com transtorno mental em Aracaju pelo Sistema Único de Saúde (SUS) teve o número de leitos ampliado. Isso porque a prefeitura, através da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), contratou 80 leitos na Clínica São Marcelo. Dez desses serão para transtorno mental pelo uso abusivo de álcool e droga, além de 16 leitos no Hospital de Cirurgia e mais 14 leitos no Hospital São José, cujo contrato será firmado em um prazo de 30 dias. A medida foi acordada ontem por representantes da SMS, Ministério da Saúde (MS) e Ministério Público Estadual (MPE).

Na audiência, a Promotora de Saúde do MPE também foi informada de que não há mais pacientes com transtorno mental do SUS internados na Casa de Saúde Santa Maria. “Nós fizemos essa reunião para que pudéssemos avaliar se está sendo cumprida a liminar que foi concedida com relação a disponibilização dos leitos psiquiátricos para os pacientes com transtorno mental. Então hoje nós demos um grande avanço nas tratativas e no acolhimento do paciente com transtorno mental em Aracaju”, declarou a promotora de Justiça Euzá Missano.

Embora para a resolução do problema da falta de leitos psiquiátricos já se tenha dado um grande passo com a contratação desses novos leitos, Euzá Missano afirma que o atendimento, bem como assistência a esses pacientes na rede munic

pal de saúde, ainda é muito grave. “Precisamos ainda caminhar muito, mas de qualquer forma o município hoje já informou sobre a contratualização de leitos”, frisou, deixando claro que a porta de entrada para situação de urgência e emergência continuará sendo o Hospital São José.

Na audiência também foram discutidos assuntos pertinentes à Ação Civil Pública para regularização do CAPS AD Primavera. A informação passada pelos representantes da SMS é que no próximo dia 17 de março serão inauguradas novas instalações em cumprimento a essa liminar que foi pactuada no MPE. “Embora não no tempo determinado pela comissão julgadora. Mas, o importante é que esteja efetivamente funcionando”, salientou a promotora de Justiça.

Para ela, nessa audiência foram dados passos importantes para uma futura melhoria no atendimento a esses pacientes. “Hoje nós discutimos, sentamos na mesa também com representantes do Ministério da Saúde e, felizmente, hoje avistamos um novo horizonte para o tratamento e assistência do paciente com transtorno mental. Temos problemas ainda, mas o que nós estamos observamos é que avançamos, e muito. Pois tivemos dois anos muito difíceis [2011 e 2012] para esses pacientes, principalmente pela não disponibilidade dos leitos psiquiátricos e pela não qualidade da assistência digna”, afirmou.